



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA

Lei Nº 220/01 de 10/10/01 - MANAÍRA - 12 DE FEVEREIRO DE 2026- Tiragem desta Ed.: 40 Exemplares

## ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO MUNICIPAL

### EDIÇÃO ESPECIAL

ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE MANAÍRA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
GABINETE DO PREFEITO

Sito na Rua José Rosas, nº 164, centro – CEP:58.995-000 –  
MANAÍRA-PB.  
CNPJ/MF 09.148.131/0001-95.

LEI MUNICIPAL Nº 649/2026, de 11 de fevereiro de 2026.

Institui o Programa Municipal  
de Bolsa de Incentivo à  
Educação de Jovens, Adultos  
e Idosos – EJAI, no âmbito do  
Município de Manaíra, e dá  
outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE  
MANAÍRA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais  
conferidas pelo que determina o art. 38 da Lei Orgânica Municipal,  
faço saber que a Câmara de Vereadores de Manaíra-PB, DECRETA e  
eu SANCIONO a seguinte Lei.

#### CAPÍTULO I

##### DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

**Art. 1º** - Fica instituído, no âmbito do Município de Manaíra, o  
Programa Municipal de Bolsa de Incentivo à Educação de Jovens, Adultos  
e Idosos – EJAI, com a finalidade de estimular a matrícula, a permanência,  
a frequência e o desempenho escolar dos alunos da modalidade  
Educação de Jovens, Adultos e Idosos da rede pública municipal de  
ensino.

**Parágrafo único** – Os benefícios estabelecidos no art. 1º, desta  
Lei, é estritamente aos alunos matriculados nas Escolas da  
rede de ensino do município de Manaíra-PB, excetuando a  
extensão a qualquer outro alunado, de outra rede, mesmo que  
pública, com sede no Município.

**Art. 2º** - São objetivos do Programa:

- I – reduzir os índices de analfabetismo no Município;
- II – combater a evasão escolar na modalidade EJAI;
- III – promover a inclusão educacional e social de jovens, adultos e idosos;
- IV – melhorar os indicadores de frequência e desempenho escolar;
- V – fortalecer a política pública municipal de educação.

#### CAPÍTULO II

##### DO BENEFÍCIO E DOS CRITÉRIOS

**Art. 3º** - O Programa concederá bolsa mensal no valor de R\$  
100,00 (cem reais) aos alunos beneficiários, durante o período letivo  
compreendido entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano.

**Art. 4º** - Poderão ser beneficiários do Programa os alunos  
que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I – estar regularmente matriculado na modalidade EJAI da rede pública  
municipal de ensino;

II – apresentar frequência mínima mensal de 75% (setenta e cinco por  
cento);

III – manter assiduidade regular, conforme controle da unidade escolar,  
com frequência estabelecida no inciso II, deste artigo;

IV – demonstrar desempenho pedagógico satisfatório, conforme critérios  
definidos pela Secretaria Municipal de Educação;

V – observar conduta compatível com as normas disciplinares da unidade  
de ensino.

#### CAPÍTULO III

##### DA GESTÃO E DA EXECUÇÃO

**Art. 5º** - A concessão da bolsa terá natureza estritamente  
educacional, não caracterizando vínculo empregatício, previdenciário,  
assistencial ou de qualquer outra natureza.

**Art. 6º** - O pagamento do benefício será realizado mensalmente,  
mediante comprovação do cumprimento dos requisitos previstos nesta  
Lei, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 7º** - O beneficiário perderá o direito à bolsa nos seguintes  
casos:

I – descumprimento da frequência mínima exigida, e ou, rendimento  
insuficiente previsto nesta lei;

II – evasão escolar;

III – reprovação por falta ou por insuficiência de aprendizagem;

IV – prestação de informações falsas ou omissão de dados relevantes.

**Parágrafo único:** O benefício poderá ser restabelecido no mês  
subsequente, desde que sanadas as irregularidades e atendidos  
novamente os critérios legais.

**Art. 8º** - Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – regulamentar o Programa por meio de decreto;

II – acompanhar, fiscalizar e avaliar sua execução;

III – manter registros e relatórios de frequência, desempenho e concessão  
das bolsas;

IV – divulgar amplamente as normas e critérios do Programa.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS E FINAIS

**Art. 9º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei  
correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no  
orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário,  
observada a legislação financeira e orçamentária.

**Art. 10** – O incentivo / benefício estabelecido no art. 3º, desta  
lei, anualmente somente serão desenvolvidos entre os meses de  
fevereiro e novembro de cada ano, mediante os critérios estabelecidos  
nesta lei.

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,  
produzindo seus efeitos a partir do início do ano letivo correspondente.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Manaíra, Estado da  
Paraíba, em 11 de fevereiro de 2026, 203 anos de Independência do  
Brasil, e 64 anos de Emancipação Política do Município de Manaíra-PB.

**Dr. MANOEL VIRGULINO SIMÃO**  
- Prefeito Constitucional -

\*repulbicado por incorreção.

\*onde se ler EJER, se ler EJAI.